

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Curtas.....	2
Título: Solução para risco hidrológico embute custo a grande consumidor de energia.....	3
Título: Braskem vai à Justiça para reverter ações em Alagoas	5
Título: Cemig avança em saída do capital da Light	7
Título: Após Belo Monte, State Grid se volta para leilão da Aneel	9
Título: Petrobras volta a praticar prêmio no preço do diesel.....	10
Título: Produção da estatal cresce 5,1% em maio	12
Título: WEG fornecerá máquinas para refinaria em Omã	13
Título: Minério de ferro supera os US\$ 125 a tonelada na China.....	15
Título: Retomada da Vale garante emprego em MG	16
Título: CPI do Senado pede indiciamento de funcionários da Vale	17
Título: Queda da Vale eleva pressão sobre Ibovespa	18
Título: Modelo de privatização da Eletrobras é questionado	20
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	21
Título: Raízen avalia disputar refinarias da Petrobrás	21
Título: Odebrecht quer Braskem dividida com mais credores	23
Título: BRUMADINHO.....	25
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	25
Título: CPI recomenda indiciamento de 14 pessoas por Brumadinho.....	25
Título: Ligado	27
VEÍCULO: O Globo	27
Título: Light quer captar até R\$ 2,09 bi no mercado de ações.....	27

Título: Startups de petróleo	28
Título: Brumadinho: CPI agrava indiciamento de funcionários	29
Título: Com saída de Furnas, comércio de Botafogo teme o pior	30
Título: O custo de se tirar estados e cidades	31

VEÍCULO:	Valor Econômico
-----------------	------------------------

Data:	03/07/2019
--------------	-------------------

Seção:	Empresas
---------------	-----------------

Autor:	
---------------	--

Título:	Curtas
----------------	---------------

Futuro de Angra 3

Os estudos sobre o plano de capitalização da Eletrobras podem influenciar na definição da modelagem da parceria internacional para a conclusão das obras da usina nuclear de Angra 3, da Eletronuclear, afirmou o presidente da companhia, Leonam Guimarães. Segundo ele, os dois trabalhos caminham em paralelo pelo governo. "Uma coisa influi na outra", disse o executivo a jornalistas, após participar de evento sobre transição energética, promovido pelo Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), no Rio. "**O ministro [de Minas e Energia, Bento Albuquerque]** também prometeu o modelo da Eletrobras até julho", afirmou. Segundo Guimarães, o governo também deve bater o martelo neste mês sobre o modelo para a parceria internacional para a conclusão de Angra 3. Guimarães lembrou que o edital para a concorrência internacional deve ser lançado no segundo semestre e as obras da usina estão previstas para serem retomadas em 2020. Segundo o executivo, é possível que os concorrentes formem consórcios, incluindo um investidor técnico e outro financeiro.

Entregas da Tesla

A Tesla anunciou ontem que entregou mais veículos que o esperado no segundo trimestre do ano. A montadora de carros elétricos informou que entregou 95,2 mil veículos no segundo trimestre, acima da média das estimativas de analistas ouvidos pela consultoria FactSet, de 91 mil unidades. "As encomendas recebidas durante o trimestre excederam as entregas. Com isso, nós estamos entrando no terceiro trimestre com um aumento em nossa carteira de encomendas", informa comunicado da Tesla.

Alta da Neoenergia

Em seu segundo dia de negócios na B3, as ações ordinárias da Neoenergia voltaram a subir, intensificando a valorização apurada no pregão de segunda-feira. Os papéis fecharam com alta de 4,19%, cotados a R\$ 17,67. Na segunda-feira, as ações subiram 8,37%, a R\$ 16,96, com giro financeiro de R\$ 1 bilhão. A forte alta vista na segunda-feira foi atribuída à avaliação dos investidores de que a Neoenergia saiu "barata" quando comparada a outras elétricas na bolsa que tiveram valorização expressiva recentemente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Solução para risco hidrológico embute custo a grande consumidor de energia

Comemorado por praticamente todo o mercado de energia, o projeto de lei (PL) 10.985, aprovado na semana passada pela Câmara dos Deputados e que inclui uma solução para a judicialização do risco hidrológico (conhecido como GSF, no jargão do setor), traz, porém, penduricalhos que podem elevar o custo da energia. A constatação é da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), que reúne gigantes da indústria do país, como Vale, Gerdau e Ambev. A entidade, no entanto, não sabe estimar de quanto pode ser essa elevação.

Uma análise criteriosa do documento, feita por técnicos da entidade, indicou a existência de itens que geram aumento dos Encargo de Serviço do Sistema (ESS), cobrado de todos os consumidores do país, para cobrir custos decorrentes da manutenção e da confiabilidade do sistema nacional.

Além de propor uma solução para o fim da judicialização do risco hidrológico, o PL sugere alguns pontos para reduzir a exposição de geradores hidrelétricos a despesas relativas ao fator de ajuste de garantia física (GSF) provocadas por fatores alheios à operação das usinas. Na prática, trata-se da produção de

energia hidrelétrica em quantidade menor que a prevista, por motivos que fogem à capacidade de gerenciamento das usinas.

A Abrace, contudo, encontrou itens no projeto que sustentam uma cobrança inadequada de ESS para ressarcir hidrelétricas. O documento, por exemplo, prevê a cobrança de ESS para qualquer acionamento de termelétricas mais caras sem justificativa técnica e econômica - conhecido como despacho fora da ordem de mérito.

Também é prevista a cobrança de ESS nos casos de importação de energia elétrica, independentemente do preço da energia importada e do momento em que foi definido o acionamento da importação. Segundo análise dos técnicos da Abrace, mesmo se o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) determinar a importação de energia mais barata, o que reduziria o custo de operação do sistema brasileiro, os consumidores serão obrigados a pagar ESS para compensar geradores hidrelétricos.

Outro ponto diz respeito ao mecanismo de resposta da demanda, que permite que grandes consumidores reduzam seu consumo por determinado período de tempo para contribuir para a estabilidade do sistema, evitando blecautes. De acordo com o PL, a energia não consumida pelos consumidores que participam de algum mecanismo de resposta da demanda será valorada a um preço de referência que será cobrado dos consumidores e transferido para os geradores hidrelétricos em forma de compensação.

Segundo o presidente da Abrace, Paulo Pedrosa, esses itens já constavam da redação antiga de solução para o GSF, da qual ele participou quando era secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia. Na versão anterior, porém, esses itens dependeriam de regulamentação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que poderia discutir de forma técnica previamente com o setor e calibrar essa cobrança.

O executivo explicou que a associação abriu mão de discutir a retirada desses itens do PL votado na semana passada, em reconhecimento da urgente necessidade de equacionamento do problema do GSF para o setor, responsável pela inadimplência de R\$ 7 bilhões no mercado de curto prazo de energia. A associação, porém, pretende agora sensibilizar o presidente Jair Bolsonaro para vetar esses itens que geram aumento do ESS.

"É importante voltarmos à normalidade do mercado, mas os geradores [hidrelétricos] tiveram um ganho excessivo [no projeto de lei]", afirmou Pedrosa.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/07/2019****Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo****Título: Braskem vai à Justiça para reverter ações em Alagoas**

A petroquímica Braskem está no meio de um imbróglio jurídico, envolvendo Ministério Público e Justiça de Alagoas, que estão bloqueando R\$ 3,7 bilhões em recursos da companhia, o Superior Tribunal de Justiça e até o Supremo Tribunal Federal. A origem de tudo são problemas de afundamento e rachaduras de casas e prédios em três bairros de Maceió. Conforme laudos, são atribuídos à atividade de mineração de sal-gema da empresa em locais próximos à Lagoa de Mundaú, na capital alagoana.

As decisões judiciais alagoanas, argumenta a Braskem, estão baseadas em um laudo técnico da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM), órgão federal, que ela contesta. Diz ser incompleto, com informações preliminares, recheado de inconsistências técnicas e realizado em apenas quatro meses.

"As conclusões da CPRM foram apressadas", disse ao **Valor** o presidente da Braskem, Fernando Musa. O executivo informa que a empresa busca na Justiça, onde ingressou com sua defesa em 14 de junho, demonstrar que as informações do laudo técnico foram precipitadas e inconclusivas. Na ação, a petroquímica defende que a CPRM não cumpriu o prazo original previsto de elaboração do laudo. Anunciado no início de janeiro, para concluir no fim de junho, o órgão público - afirma - antecipou sua divulgação por questões e pressões políticas.

Segundo Musa, a empresa apontou à CPRM suas preocupações. Após muito tempo foi reaberto um diálogo técnico, porém a CPRM, que nos anos 70 e 80 foi responsável pela abertura de 17 poços na área de extração de sal-gema, como subcontratada, segue irredutível na sua avaliação, a despeito de novas informações. A petroquímica diz que o relatório foi divulgado parcialmente e sem assinatura de técnico responsável.

"Estamos trabalhando muito no caso, realizando uma série de estudos, com contratação de empresas especializadas. O principal deles é um sonar em cada uma das minas, para avaliar a condição de sua estabilidade", informa Musa. "Já realizamos em 12, que mostraram estabilidade das minas de sal situadas abaixo

de 900 metros de profundidade. Até o fim do ano queremos realizar em todos, num total de 32".

A Braskem informou que está trabalhando com 13 empresas, dentre elas as francesas Schlumberger e Flodin e mais quatro consultorias independentes com expertise nas áreas de geologia.

A exploração de sal-gema no local começou em 1975, numa concessão mineral de quase 1900 hectares - apenas 4% da área está sendo explorada. A extração do sal é feita por um poço que injeta água na camada de sal, que fica entre 900 e 1200 metros de profundidade. Do total de 35 poços perfurados até hoje, 31 estão desativados. Os quatro que estavam em operação tiveram as atividades suspensas por exigência da Agência Nacional de Mineração (ANM) a partir de 8 de maio.

A Braskem sustenta que não certeza que os problemas nos três bairros - Pinheiro, Bebedouro e Mutange, este último espalhado numa encosta e com áreas irregularmente ocupadas - sejam decorrentes da atividade de mineração de sal-gema. "Os estudos técnicos realizados por empresas especializadas mostram que as cavernas de extração de sal estão estabilizadas, que não houve desabamento de minas", afirma Musa.

Segundo diz, os trabalhos da CPRM atingiram somente a cota de 900 metros, quando a mina mais alta da empresa está na cota 940. "A conclusão dela, no laudo de 8 de maio, é que todo colapso do bairro é consequência da instabilidade das minas. Na nossa visão, não procede. Todo sonar mostra que as minas estão estáveis", afirma ele.

Musa admite que há um fenômeno geológico acontecendo na cidade, que fica acima de uma falha geológica - objeto de vários abalos sísmicos - que vem da Bahia, atravessa Sergipe e passa por Alagoas. Tanto que testes de sonares detectaram entortamento em canos dos poços. "Isso ocorre porque a terra acima está se movimentando - entre 250 e 500 metros de profundidade -, lateralmente e não verticalmente, que seria no caso da mina ter colapsado. Não foi na camada de sal."

O relatório da CPRM, diz a empresa, aponta que a culpa é da mineração, mas sem dizer o que precisa ser feito. A Braskem diz que os problemas são verificados apenas no bairro Pinheiro, que, tradicionalmente, alaga em épocas de chuvas intensas. "Qualquer abalo sísmico fazia tremer as casas e prédios, que

são antigos. Mas há prédios novos que mesmo com tremores não sofreram nada".

Para Musa, a empresa está numa situação de incerteza e quer ser parte da solução para esse problema. Alega que a solução do MPE é simplista. "A conta deles [MPE], dos R\$ 6,7 bilhões de recurso bloqueados (na ação original, que foi derrubada por um juiz de primeira instância, admitindo só R\$ 100 milhões), tira as pessoas das 10 mil residências, evacua todos, paga os danos morais e acha que com isso o problema está resolvido".

Do lado jurídico, no momento a empresa tenta reverter o bloqueio de R\$ 3,7 bilhões em contas bancárias, fruto de despacho na semana passada, durante o recesso de férias juninas, do presidente do Tribunal de Justiça, Tutmés Airan, atendendo pedido do MPE e da Defensoria Pública. O bloqueio se baseou no laudo técnico da CPRM e visa "garantir eventuais indenizações". A Braskem está recorrendo para reverter a decisão.

Numa outra frente, a Braskem conseguiu recentemente no STJ a liberação do bloqueio, pela Justiça de Alagoas, de R\$ 2,7 bilhões em dividendos aprovados para serem pagos a seus acionistas. Ofereceu um seguro-garantia em valor equivalente. O conselho de administração da empresa só vai tomar decisão em reunião no próximo dia 10. No meio do caminho há uma contestação da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, à decisão do ministro João Otávio de Noronha, presidente STJ no STF. "Dividendo não patrimônio da companhia, mas dos seus acionistas", afirma Musa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Cemig avança em saída do capital da Light

A estatal mineira Cemig deve ficar com uma fatia inferior a 30% da Light depois da oferta subsequente de ações ("follow on") da companhia aprovada na noite de segunda-feira pelo conselho de administração. Em um primeiro momento, a Cemig será minoritária da Light, sem acordo de acionistas, o que vai configurar a empresa fluminense como "corporation" (sem controle definido). Passado o prazo de 90 dias, a estatal poderá vender o restante das suas ações, a fim de cumprir a estratégia traçada de sair de vez do capital da Light.

Pela operação aprovada, a participação da Cemig na Light, atualmente em 49,9%, será diluída pela emissão primária de 100 milhões de novas ações e também será reduzida pela oferta secundária de 11,1 milhões das suas ações. Com isso, chegará a 29,88% do total. Há ainda a possibilidade de venda do lote adicional de 22,2 milhões de ações detidas pela Cemig hoje. A decisão vai depender do preço fixado na operação. Se isso acontecer, a estatal chegará a 22,57% da Light.

As companhias iniciam essa semana a rodada de apresentações aos investidores sobre a oferta. Além de Light e Cemig, participarão das conversas os bancos coordenadores da oferta: Itaú BBA, Citi, Santander, Bradesco BBI, XP, BTG Pactual e BB Investimentos.

Ao preço de fechamento de ontem, de R\$ 18,46 (queda de 2,07%), a oferta capturaria cerca de R\$ 1,85 bilhão para o caixa da Light por meio da emissão de novas ações. Esses recursos devem ter como destino ajudar no cumprimento do plano de recuperação da companhia, em execução atualmente pela presidente Ana Marta Veloso, que foi reconduzida recentemente ao comando da Light pela atual direção da Cemig. "Mesmo considerando que a Light vai recuperar a rentabilidade, a decisão de saída da empresa está tomada", disse uma fonte próxima da Cemig.

Após a conclusão da oferta, haverá um prazo de 90 dias de "quarentena" na qual os atuais sócios não poderão vender mais ações. Depois, a Cemig voltará a avaliar qual o melhor momento para se desfazer das ações restantes. Não há um formato preferido para isso. A venda pode se dar diretamente a um sócio estratégico, ou por meio de oferta secundária na bolsa.

Hoje, a Light é negociada com desconto em relação aos seus pares na bolsa, justamente por conta dos desafios que a companhia enfrenta para ser rentável. Um dos principais problemas da companhia é seu endividamento. Ao fim de março, a relação entre dívida líquida e Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) estava em 3,7 vezes, muito próximo do limite máximo de 3,75 vezes estabelecido na maioria dos contratos de dívida com credores.

Segundo Ricardo Brandão, pesquisador do Gesel/UFRJ, a operação vai ajudar a deixar a companhia em uma situação de endividamento mais confortável. "A Light ficará com uma situação de caixa bastante confortável e vai ter condições de gerir o endividamento e alongar a dívida", disse ele. "A parte financeira ficará resolvida. O nível de endividamento passará para uma situação confortável."

O pesquisador lembrou que, após solucionar a questão financeira, o principal desafio da Light será resolver o elevado nível de perdas em sua área de

concessão. No primeiro trimestre, 24,49% da energia distribuída pela companhia foi enquadrada como perda por furto ou fraude.

Para Thais Prandini, diretora da consultoria Thymos Energia, as recentes operações no mercado envolvendo empresas do setor elétrico, como as ofertas da Neoenergia e da CPFL, mostram que o segmento de energia está em um momento melhor do que nos anos anteriores e com uma regulação adequada. "O setor elétrico tem agregado cada vez mais investidores."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Após Belo Monte, State Grid se volta para leilão da Aneel

A gigante chinesa State Grid prevê concluir em agosto o projeto do segundo linha de transmissão que escoará energia da hidrelétrica de Belo Monte para o Sudeste. A empresa recebeu na última semana a licença de operação do Ibama para o empreendimento, de mais de 2,5 mil quilômetros de extensão e quase R\$ 9 bilhões de investimentos.

A linha agora está em processo de comissionamento, restando apenas alguns testes e autorizações pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a sua operação comercial. "Levará entre um ou dois meses para estar pronta para a operação comercial", explicou Cai Hongxian, principal executivo da State Grid Brazil Holding (SGBH), braço do grupo no Brasil.

Com a conclusão de um de seus principais projetos no Brasil, junto com o primeiro linha de Belo Monte, este em parceria com a Eletrobras, a State Grid se encontrará em um novo momento desde que aportou no Brasil, onde já investiu R\$ 21,6 bilhões. Pela primeira vez desde que chegou ao país, em 2010, a companhia estará sem novos projetos em carteira.

Segundo Cai, a SGBH concentrará seus esforços agora no próximo leilão de linhas de transmissão da Aneel, previsto para dezembro e que deve ofertar 13 lotes, totalizando 2,2 mil km.

"Adquirimos muita experiência [no Brasil]. Também temos um time muito profissional. E estamos olhando para novos projetos 'greenfield' [a partir do zero] no próximo leilão", afirmou ele.

A chinesa também analisa oportunidades de aquisições de ativos de transmissão já leiloados em certames anteriores.

De acordo com ele, os projetos da companhia no Brasil vão gerar fluxo de caixa de R\$ 1 bilhão disponível para novos investimentos. O portfólio da empresa consiste em 23 concessões de transmissão, totalizando 11,2 mil km de linhas.

Reconhecendo que o principal aprendizado do grupo chinês no Brasil foi com relação ao licenciamento ambiental, o executivo disse estar otimista com os planos do governo Bolsonaro para destravar os processos de emissão de licenças.

"Eu diria que o plano é muito bem-vindo. Eu realmente gostei disso. Eles estão tentando aprimorar e acelerar os procedimentos ambientais", afirmou Cai. "Isso ajudará muito".

Principais empreendimentos da State Grid no Brasil, os dois linhões de transmissão de Belo Monte são os dois primeiros do país em ultra-alta tensão, em 800 quilovolts (kV), em corrente contínua. Os dois projetos também são os maiores do mundo em corrente contínua nesse nível de tensão.

O primeiro linhão de Belo Monte entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com dois meses de antecedência em relação ao prazo estipulado pela Aneel. A obra exigiu investimentos de R\$ 5 bilhões, com 2.076 quilômetros de extensão, passando por 70 municípios. A SGBH tem 51% do empreendimento, em parceria com as subsidiárias da Eletrobras Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%).

Já o segundo linhão pertence integralmente à SGBH. Com investimentos de R\$ 8,77 bilhões e 2.540 quilômetros, a linha beneficiará cerca de 22 milhões de pessoas, de acordo com estimativas da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/07/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras volta a praticar prêmio no preço do diesel

O aumento de 3,9% praticado na segunda-feira pela Petrobras nos preços do diesel, nas refinarias, aproxima a companhia da paridade internacional, depois da escalada na cotação do petróleo ao longo das últimas semanas. A expectativa do mercado se volta agora para a gasolina, que já acumula três semanas sem reajustes e opera, neste momento, com defasagem em relação aos preços internacionais.

A Associação Brasileira de Importadores de Combustíveis (Abicom), que representa os principais concorrentes da Petrobras no abastecimento ao

mercado brasileiro, calcula que a estatal está praticando preços para o diesel com um ligeiro prêmio (de R\$ 0,01 e R\$ 0,02 o litro) nos pontos de suprimento de Santos (SP) e Aratu (BA) e com uma defasagem de R\$ 0,02 e R\$ 0,03 em Suape (PE), Araucária (PR) e Itaqui (MA).

Na gasolina, a defasagem é maior, varia de R\$ 0,07 a R\$ 0,18 o litro, dependendo da região. A Abicom considera, em seus cálculos, as despesas para internalização dos combustíveis até o porto, e acrescenta a esses valores os custos com as taxas portuárias e de armazenagem, além das despesas de frete até o ponto de entrega do combustível.

A Petrobras, por sua vez, leva em consideração o preço de paridade internacional, margens para remuneração dos riscos inerentes à operação e o nível de participação no mercado. O PPI calculado pela companhia estima o custo de potenciais competidores, simulando uma importação por terceiros em cada ponto de venda. A Petrobras costuma alegar, contudo, que o PPI não se trata de um "valor absoluto" e que os reais valores de importação variam de agente para agente, dependendo de aspectos como as relações comerciais existentes, o acesso a infraestrutura logística e a escala de atuação.

Quando considerados os custos até o porto somente, a Petrobras vem praticando um prêmio de 1% nos preços do diesel e um desconto da ordem de 10% na gasolina, de acordo com um analista que monitora a política comercial da petroleira, mas que prefere manter o anonimato. Na avaliação da fonte, essa defasagem tem como pano de fundo a perda de mercado da gasolina para o etanol, dentro de uma estratégia de recuperação de participação de mercado. A Petrobras não atualiza os valores do combustível, nas refinarias, desde 11 de junho.

Já no caso do diesel, o aumento anunciado na segunda-feira foi o primeiro desde que a companhia pôs fim a periodicidade fixa em seus reajustes, em 13 de junho. A alta ocorre num momento em que os preços do litro estão em queda nos postos. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) informou que o preço do derivado, nas bombas, recuou pela quinta semana consecutiva, no período entre 23 a 29 de junho.

Para o presidente da Abicom, Sérgio Araújo, o reajuste é positivo para as importadoras, que nas últimas semanas vinham mantendo suas atividades reduzidas, frente ao congelamento dos preços nas refinarias.

"O mercado vai acompanhar de perto os movimentos da Petrobras", afirma Araújo, em referência ao programa de desinvestimentos da estatal no setor de refino.

O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, destaca que o aumento dos preços do diesel ocorre dias após a empresa abrir oficialmente o processo de venda de quatro de suas refinarias. Segundo ele, o mercado acompanhará com uma lupa os reajustes da estatal, já que a prática de preços competitivos será o principal fator de atração de investidores para os ativos de refino.

"O Brasil possui bons sinais econômicos para a atração de investidores para o refino. Tem um mercado consumidor na direção do crescimento e uma expectativa de aumento da produção de petróleo. Se considerado esse cenário, vai ter comprador para as refinarias. O que perturba esse cenário é o aspecto regulatório e esse desafio está hoje nas mãos da Petrobras. Daqui para a frente, a Petrobras vai precisar mostrar para o mercado que ela é uma empresa que trabalha alinhada com a paridade internacional", afirma Pires.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/07/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Produção da estatal cresce 5,1% em maio

A Petrobras registrou, em maio, alta de 5,1% na sua produção de petróleo no Brasil, na comparação com o mês de abril. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a estatal produziu, em média, 2,033 milhões de barris diários em maio. Foi o terceiro mês consecutivo de crescimento nos dados operacionais e o volume mais alto contabilizado pela companhia desde outubro de 2017.

Já a produção de gás natural da empresa cresceu 4,4% em maio, ante abril, para uma média de 91,636 milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia).

A produção de óleo e gás totalizou 2,609 milhões de barris diários de óleo equivalente (BOE/dia), o que representa alta em maio de 4,9% ante o mês anterior. A Petrobras acumula nos cinco primeiros meses do ano a produção de 2,463 milhões de BOE/dia, queda de 1,3% frente a igual período do ano passado.

A meta da estatal é produzir 2,8 milhões de BOE/dia em 2019, no Brasil e no exterior. A Petrobras, contudo, ainda não informou os dados operacionais de suas atividades fora do Brasil - desde o início do ano, a companhia deixou de publicar os boletins mensais de produção.

Ainda de acordo com os dados da ANP, a Petrobras responde atualmente por 74% da produção total de petróleo do país. O segundo maior produtor é a Shell (12,4%), Petrogal (3,3%) e Repsol Sinopec (2,6%).

Em maio, o Brasil registrou recorde na produção. Ao todo, foram produzidos, em média, 2,731 milhões de barris por dia, volume superior à marca de 2,730 milhões de barris/dia de dezembro de 2016. Segundo a ANP, houve aumento de 4,9% nos dados operacionais das petroleiras que operam no país, na comparação com o mês anterior.

Já a produção de gás natural, no Brasil, totalizou 118 milhões de m³ /dia, superando o recorde anterior, de 117 milhões de m³ /dia, registrado em outubro de 2018. Em relação a abril, o crescimento foi de 4,4%.

A produção total de óleo e gás natural no Brasil foi de 3,473 milhões de BOE/dia. O pré-sal respondeu por 60,7% desse total. Ao todo, foram produzidos 2,106 milhões de BOE/dia na camada abaixo do sal, sendo 1,674 milhão de barris diários de petróleo e 68,7 milhões de m³ /dia de gás natural.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: WEG fornecerá máquinas para refinaria em Omã

A fabricante brasileira WEG fechou dois importantes contratos para fornecer motores elétricos e inversores de frequência para uma refinaria em construção no Sultanato de Omã, no Oriente Médio. Por razões contratuais, a companhia não pode revelar valores, mas trata-se do contrato mais importante fechado pela WEG na área de óleo e gás nos últimos três anos, e já está servindo de referência para novos negócios no segmento, que está voltando a investir.

A refinaria, que terá capacidade para 230 mil barris por dia (mais que o dobro da refinaria de Pasadena, por exemplo) quando ficar pronta, em 2023, está sendo constituída por joint venture formada pelas empresas Oman Oil Company e Kuwait Petroleum International e envolverá, no total, cerca de US\$ 8 bilhões em investimentos.

A espanhola Técnicas Reunidas, cujo faturamento chegou a € 4,4 bilhões ano passado, foi escolhida para executar as obras de construção do empreendimento. Para isso, formou um consórcio com a sul-coreana Daewoo

Engineering and Construction. Foi esse consórcio que contratou a WEG para fornecer 100% dos motores e inversores do projeto. O escopo do contrato envolve equipamentos de média tensão (120 motores elétricos e 12 variadores de frequência) e equipamentos de baixa tensão, incluindo mais de 1.300 motores elétricos e outros 200 variadores de frequência. A brasileira também ficou responsável pelos equipamentos na chamada área "periférica" da refinaria, como para fornecimento de água e tratamento de efluentes.

Segundo Gustavo lensen, diretor internacional da WEG, um grande diferencial do projeto é que a companhia teve êxito em fechar um "frame agreement" diretamente com a Técnicas Reunidas. Isso significa que todos os motores e inversores de frequência serão da fabricante. "Não entra outra marca concorrente, e a vantagem para a contratante é lidar com um fornecedor só", disse.

Geralmente, o empreendedor capacita uma lista de fornecedores, mas os fabricantes de equipamentos como bombas, compressores e ventiladores é que selecionam de quem adquirir a parte elétrica. Como a WEG conseguiu assegurar a exclusividade, os equipamentos serão feitos no Brasil e entregues nas fábricas de cada um dos fabricantes, que farão a montagem com a parte elétrica. Depois, tudo vai para Omã, onde a WEG prestará serviços.

Para conseguir o contrato, a WEG acrescentou serviços ao pacote, como garantias, serviço de pós vendas. "Conseguimos incluir fatores que facilitaram a venda da Técnicas Reunidas", disse lensen. A brasileira vai ainda montar um centro de serviços exclusivo próximo ao local do projeto para atender a refinaria.

O contrato será divulgado hoje, mas a assinatura aconteceu no fim do ano passado, depois de mais de um ano e meio de negociações. A produção já começou, e tudo deve ser concluído até o fim do ano, disse lensen.

O projeto da refinaria faz parte de um plano do governo de Omã para desenvolvimento industrial da Zona Econômica Especial de Duqm. No total, os investimentos somarão US\$ 15 bilhões nos próximos 15 anos. Além da obra em curso, haverá ainda um complexo petroquímico, que deve envolver outros US\$ 7 bilhões em investimentos. A WEG já se prepara para participar também como fornecedora. "O projeto deve ser concluído entre 2026 e 2027 e já estamos trabalhando nele", disse lensen.

A expectativa da companhia é que o projeto em Omã lhe renda mais frutos, principalmente pelo escopo do contrato ser amplo e incluir também serviços e utilidades. "Esse é um atestado de competência que nos ajudará a fechar outros negócios com outros fabricantes", disse Elder Stringari, gerente global de óleo e gás da WEG.

No patamar atual dos preços do petróleo, a brasileira vê grandes oportunidades de crescimento das suas atividades no setor. Contratos completos como o de Omã, com exclusividade na parte elétrica das obras, são mais difíceis de serem obtidos, "mas estamos participando de todas as concorrências", disse Iensen. Segundo o diretor, as encomendas no setor estão indo bem em 2018 e 2019, "e esperamos que continue assim em 2020."

A WEG vê uma melhora no cenário de investimentos de óleo e gás também no Brasil, principalmente com a entrada de investidores estrangeiros no pré-sal. "Estamos participando de todos os projetos no país, temos boas oportunidades porque temos fábrica aqui e a WEG tem um referencial no serviço pós-venda", disse Iensen. Como não há mais favorecimento ao conteúdo local, a companhia se esforça para demonstrar capacidade técnica e competitiva.

O Oriente Médio também oferece oportunidades, como modernização de refinarias e petroquímicas. "Já ganhamos contratos no Qatar", contou o diretor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Chiara Quintão | De São Paulo

Título: Minério de ferro supera os US\$ 125 a tonelada na China

O minério de ferro negociado no porto de Qingdao, na China, teve alta de 1,71% ontem, fechando cotado a US\$ 125,77 a tonelada. É a maior cotação desde 20 de janeiro de 2014, quando a tonelada da commodity fechou o dia valendo US\$ 128,79 no mercado à vista chinês.

Na segunda-feira, os preços do minério já tinham registrado forte alta de 4,4%, para US\$ 123,65 a tonelada, maior preço desde 19 de fevereiro de 2014. Na semana, em apenas dois dias, a variação acumulada já chega a 6,16%. No ano, a commodity sobe 72,93%.

A cotação refere-se ao produto com pureza de 62% de ferro, segundo a publicação especializada "Fastmarkets MB".

Os preços do minério de ferro têm refletido problemas de oferta por parte das grandes mineradoras mundiais. No caso da Vale, ainda é resultante do desastre da barragem de Brumadinho (MG), ocorrido em janeiro deste ano. Além dela, existem problemas no suprimento de minas australianas da Rio Tinto e BHP.

Dados do Departamento de Indústria, Inovação e Ciência da Austrália divulgados ontem apontam que o país, maior exportador mundial, reduziu sua estimativa de exportação de 867 milhões de toneladas para 814 milhões de toneladas, em torno de 6% de queda. Além de elevar em quase 20% a projeção de preço médio em 2019. Se confirmada, será a primeira queda da oferta desde 2001.

Segundo o jornal inglês "Financial Times", os preços do aço na China subiram neste mês depois que o governo ordenou cortes de produção na cidade de Tangshan, principal polo siderúrgico do país, num esforço para diminuir a poluição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Retomada da Vale garante emprego em MG

Com a volta das operações da mina de Brucutu, em São Gonçalo do Rio Abaixo (MG), a Vale irá colocar no mercado mais 30 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. Além desse volume há a expectativa de que outros 30 milhões de toneladas da commodity, que passam a ser beneficiadas a seco em outras minas, devam ser reinseridas ao mercado até o fim deste ano. Essa retomada do setor mineral em Minas Gerais, segundo o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, preservou mais de 250 mil empregos no Estado nos próximos anos.

"Dos 90 milhões de toneladas que saíram do sistema, acredito que os 30 milhões de toneladas de minério de ferro restantes devem demorar de dois a cinco anos para a Vale voltar a produzir no Estado. São minas que operam com barragens a montante e serão descomissionadas", disse Roscoe, ao **Valor**.

A companhia destinou US\$ 1,9 bilhão para o descomissionamento de nove barragens a montante que ainda mantém em Minas Gerais. Segundo o cronograma, esse processo irá se estender de fevereiro de 2020 a janeiro de 2022. Duas barragens, de acordo com a companhia, serão descaracterizadas até fevereiro de 2020. Cinco serão transformadas a justante - outro método construtivo - antes de serem desativadas.

Além disso, a Vale já havia informado sua meta de vendas de minério de ferro e pelotas para 2019. Ela compreende uma faixa que vai de 307 milhões de toneladas a 332 milhões de toneladas. A tendência é que, no ano, a Vale venda entre 320 milhões e 322 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas, número mais próximo do centro da meta.

Roscoe disse ainda que as pelletizadoras de Fábrica, que fica em Congonhas (MG), e Vargem Grande, em Nova Lima (MG), devem retomar a produção ainda neste ano. "Fábrica deve voltar até setembro e Vargem Grande um pouco mais para frente. A retomada desses complexos ajudam as siderúrgicas que passaram por reajuste de produção pela falta de pelotas."

Segundo ele, no início da paralisação das minas e pelletizadoras, logo após ao desastre de Brumadinho, as siderúrgicas trabalhavam com estoques de minério de ferro para três meses. "No pico da crise, grandes siderúrgicas operavam com estoque para três dias. A volta de Brucutu mitigou um pouco os impactos em Minas Gerais."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/07/2019

Seção: Política

Autor: Renan Truffi | De Brasília

Título: CPI do Senado pede indiciamento de funcionários da Vale

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Brumadinho no Senado aprovou ontem relatório final no qual pede o indiciamento por "homicídio com dolo eventual" do ex-presidente da Vale Fabio Schvartsman e mais 13 pessoas, sendo 11 delas funcionários da mineradora e outras duas da Tüv Süd, empresa alemã responsável por fazer auditorias. Na avaliação do colegiado, os envolvidos devem responder ainda por lesão corporal culposa e crimes culposos de destruição de flora e poluição.

O parecer, de autoria do senador Carlos Viana (PSD-MG), aponta que as 14 pessoas foram "coautoras" numa "cadeia normativa de imperícia, imprudência e negligência" que levou ao rompimento da Barragem B1, da Mina Córrego do Feijão, em Minas Gerais. A estrutura da Vale rompeu em 25 de janeiro, deixando 246 mortos.

Inicialmente, Viana havia sugerido que os envolvidos respondessem pelo crimes de homicídio culposo (quando não há intenção de matar), mas mudou de entendimento e optou por sugerir o crime de homicídio com dolo eventual,

quando, mesmo sem querer, se assume o risco de que o crime ocorra. As conclusões serão enviados ao Ministério Público e à Polícia Federal, que podem concordar ou não com os indiciamentos. Além de responsabilizar as pessoas, o parecer também propôs o indiciamento penal das pessoas jurídicas envolvidas, no caso a Vale e a Tüv Süd. No texto, o senador sugere que ambas as companhias também respondam na Justiça por "crimes culposos de destruição de flora de preservação permanente e de poluição".

No relatório, Viana também sugere uma série de projetos de lei com o objetivo de aumentar a "segurança" em barragens de rejeitos. O principal deles é o que cria uma espécie de "royalties da mineração", como adiantou o **Valor** em abril. Na prática, se aprovada no Congresso, a proposta estabelece uma "participação especial" aplicada à receita líquida das mineradoras. "Precisamos rediscutir a questão da tributação. A mineração paga impostos em índices muito baixos. A nossa Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) está em 3,5%, é muito pouco", disse. Ele explicou que esses royalties seriam cobrados de maneira proporcional à riqueza da jazida, para não prejudicar as pequenas mineradoras, podendo alcançar uma alíquota máxima de 40%. "Estamos propondo uma escala, chamada de participação especial, baseada no royalties do petróleo, que estabelece alíquota de até 40% sobre a receita líquida das empresas", acrescentou. Segundo a minuta do projeto, esta "participação especial" será devida "nos casos de minas com grande volume de produção ou com grande rentabilidade e será recolhida trimestralmente". Ainda assim, Carlos Viana admite que será "muito difícil" aprovar o texto no Congresso.

A Vale criticou, em comunicado à imprensa, a aprovação do parecer e afirmou que é "fundamental" que haja conclusão "pericial, técnica e científica" sobre as causas do rompimento da barragem B1 "antes que sejam apontadas responsabilidades". Procurada, a defesa de Schwartsman não quis comentar o parecer da CPI.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/07/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Ana Carolina Neira | De São Paulo

Título: Queda da Vale eleva pressão sobre Ibovespa

Em um dia em que os mercados locais já operavam nervosos à espera de novas informações sobre a reforma da Previdência, a pressão adicional da Vale

empurrou o Ibovespa para a faixa dos 100 mil pontos. Houve relativa melhora da performance do índice no fechamento, mas, mesmo assim, a mineradora ficou na lanterna entre todos os papéis componentes do Ibovespa.

Gestores ouvidos pelo **Valor** afirmam que, desde o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho (MG), o papel da Vale conta com alto grau de instabilidade, dadas as punições adicionais a que a empresa ainda está submetida. No entanto, considerando o elevado preço do minério de ferro, acima dos US\$ 120 a tonelada, e o nível de desconto do papel da Vale na comparação com pares globais, ainda não é o momento de se desfazer da posição na mineradora.

A ação ON da Vale ON caiu 4,21%, depois de recuar 6,8% no pior momento do dia, logo após a leitura do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Brumadinho no Senado. A pressão da Vale, que tem peso sozinha de 10% no Ibovespa, colaborou para que o principal índice de mercado terminasse em queda de 0,72%, aos 100.605 pontos - na mínima, chegou a tocar os 100.073 pontos.

O relator da CPI, Carlos Viana (PSDB-MG), propôs uma sequência de projetos para o setor de mineração para aumentar a segurança em barragens, entre eles a criação de uma alíquota máxima de 40% sobre a receita líquida de mineradoras. O parecer também determina o descomissionamento, no prazo máximo de dez anos, das barragens de rejeitos em operação e, no prazo máximo de cinco anos, de barragens inativas. O parecer será enviado ao Ministério Público.

Para um gestor de um grande fundo paulista, a participação especial de até 40% atinge as minas mais rentáveis e deixa o mercado ainda mais nervoso. Já o sócio-fundador e gestor da Versa Asset, Luiz Fernando Alves Junior, critica a adoção da alíquota e diz que a proposta envolvendo as barragens inviabiliza a maioria das minas da Vale.

"Mas o papel ficou ainda mais descontado depois dessa queda, em um momento em que o minério segue elevado no cenário internacional", pondera ele. Em Nova York, o recibo de ação (ADR) da Vale sobe apenas 0,8% neste ano. O ADR da anglo-australiana BHP avança 27,3%; já o ADR da Rio Tinto acumula ganho de 31,4% em 2019.

"Acho que [uma alíquota de] 40% sobre a receita é improvável de acontecer", diz Ivan Kraiser, gestor da Garín Investimentos, que manteve a posição em Vale no fundo de ações da gestora.

Além do efeito Vale, o mercado de ações também operou ontem com um elevado grau de nervosismo com a cena política, à espera da leitura da complementação de voto do parecer de Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara dos Deputados.

O relatório começou a ser apresentado apenas no fechamento da bolsa, às 17h, e havia expectativa de que a votação na comissão especial ocorresse hoje. O presidente da comissão, Marcelo Ramos (PL-AM) afirmou, porém, que faria reunião com líderes partidários para decidir se vai convocar a votação para hoje.

Segundo Eduardo Prado, sócio da RJ Investimentos, o mercado manteve certo grau de nervosismo e ansiedade pelo receio de que a votação da proposta no plenário da Câmara fique apenas para depois do recesso parlamentar. Quanto mais demora a aprovação do projeto, mais o mercado se ajusta e "põe na conta" as incertezas envolvendo a articulação e a exposição do governo e o atraso no equilíbrio das contas públicas.

A performance do petróleo, bastante negativa ontem, deu o aspecto adicional que faltava para o mercado, levando a Petrobras ao vermelho: a ON caiu 1,50%, e a PN recuou 1,61%. O Brent e o WTI fecharam com perdas acima de 4%.

Entre os destaques positivos, a Via Varejo subiu 6,45%, ainda de olho na reestruturação da administração da empresa após a família Klein passar a ser o maior acionista. O novo presidente da varejista, Roberto Fulcherberguer, havia declarado que quer "corrigir" a diferença de valor de mercado com a concorrente Magazine Luiza.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/07/2019

Seção: Política

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Modelo de privatização da Eletrobras é questionado

O deputado Édio Lopes (PR-RR), que preside a comissão criada para analisar a Medida Provisória 879/19, questionou ontem o modelo de privatização das distribuidoras da Eletrobras.

A MP foi proposta pelo governo justamente para garantir as condições de venda das subsidiárias da estatal no ano passado, quando transferiu o controle de seis concessionárias que atendem os Estados do Norte e do Nordeste.

A MP 879/19 foi enviada ao Congresso no dia 24 de abril, no dia seguinte ao vencimento da MP 855/18, que tratava do mesmo tema e que não chegou a ser votada. Seu texto beneficia especialmente a Amazonas Energia, que se livra de dívida bilionária por ineficiência de operação.

"Eu me preocupo muito com as privatizações na Amazônia, porque o custo amazônico a iniciativa privada não cobre. É obrigação constitucional da União custear, subsidiar e investir no desenvolvimento da minha região", afirmou Lopes, em audiência pública.

Na próxima semana, a comissão ouvirá o presidente do grupo Oliveira Energia, Orsine Oliveira. O grupo arrematou o controle da Amazonas Energia (AM) e da Boa Vista (RR).

"As privatizações na Amazônia têm que ser pesada com outra balança. É muito fácil arranjar investidor para arrematar nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, porque são empresas que, com um pouco de eficiência, se já não são, se tornarão lucrativas", afirmou o presidente da comissão.

As declarações de Lopes foram dadas em resposta à provocação do deputado José Nelto (Pode-GO), que criticou a privatização feita na distribuidora goiana Celg - atual Enel Distribuição Goiás. Ele ainda reclamou da falta de transparência na escolha do senador Eduardo Braga (MDB-AM) para ser o relator da MP 879/19.

Braga assumiu a relatoria no lugar do senador Otto Alencar (PSD-BA), que abriu mão da função. Durante a audiência, parlamentares governistas esclareceram que foi acertada a troca de relatores com o PSD também na análise da MP 884/19, que trata do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Segundo o parlamentar, Braga teria atuado no passado, como ministro de Minas e Energia, para tirar a companhia das mãos do governo de Goiás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/07/2019

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Raízen avalia disputar refinarias da Petrobrás

Segunda maior distribuidora de combustíveis do Brasil, joint venture entre Cosan e Shell deve contratar banco para ver se aquisição faz sentido

A Raízen, joint venture entre os grupos Cosan e Shell, vai contratar um banco nos próximos dias para avaliar as refinarias que foram colocadas à venda pela Petrobrás, apurou o 'Estado'. Segunda maior distribuidora de combustíveis do País, atrás da BR Distribuidora, que pertence à estatal brasileira, a companhia não atua em refino no mercado nacional. A distribuidora, que pertence ao empresário Rubens Ometto Silveira Mello, é apontada como uma das potenciais interessadas em adquirir parte desses ativos da Petrobrás. A estatal anunciou, em abril, que vai se desfazer de oito unidades, reduzindo à metade sua capacidade de produção.

O Citigroup foi contratado pela petroleira para vender pelo menos quatro unidades. Na Argentina, a Raízen atua como distribuidora de combustíveis e na área de refino desde o ano passado, com a compra dos ativos internacionais da Shell, por US\$ 950 milhões. Procurada, a Raízen não comenta o assunto. A Shell decidiu vender parte da área na qual atua como única controladora. A aquisição da Raízen no país vizinho marcou o processo de internacionalização da empresa, que até então só tinha negócios no Brasil. Na sexta-feira, a Petrobrás definiu as primeiras quatro unidades de refino que serão vendidas – Abreu e Lima, em Pernambuco; Landulpho Alves, na Bahia; Getúlio Vargas, no Paraná; e Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul. Nesse pacote de ativos, também há gasodutos, oleodutos e terminais.

A venda de refinarias da Petrobrás não será feita para um único comprador. Em entrevista recente ao Estadão/Broadcast, Roberto Castello Branco, presidente da Petrobrás, disse que não vai criar monopólios regionais. A meta é vender 100% de cada unidade de refino. Além das distribuidoras de combustíveis, o negócio também interessar a tradings que já atuam no País. Negócio atraente. “O refino no Brasil hoje é um bom negócio, não para a Petrobrás, que tem maior retorno investindo na exploração e produção. Mas para outros refinadores, se os preços continuarem acompanhando o mercado, mesmo com uma pequena diferença, é um ótimo negócio”, disse Adriano Pires, sócio do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

No início da semana, a Petrobrás anunciou aumento de 3,9% no preço do diesel em suas refinarias. Segundo Pires, o reajuste do preço dos derivados nas refinarias é fundamental para garantir a venda de refinarias da Petrobrás. “O grande desafio (da venda) é a segurança regulatória (ausência da interferência do governo nos preços). Nosso passado nos condena”, disse. Ontem, os sindicatos de petroleiros entraram com uma ação popular contra a privatização das refinarias. A ação questiona desde a legalidade da venda à competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que fez um acordo com a

Petrobrás para reduzir sua concentração na área de refino. /COLABOROU
DENISE LUNA, DO RIO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/07/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Odebrecht quer Braskem dividida com mais credores

Coluna do Broadcast

O grupo Odebrecht pode usar parte dos recursos provenientes da futura venda de sua participação de 50,1% na Braskem para pagar outros credores além dos bancos, que detêm praticamente todas as ações da petroquímica como garantia de empréstimos ao grupo. Isso pode implicar que esses bancos fiquem com fatia menor na Braskem. Ou seja, recuperem valor inferior ao que tinham garantido. Essa deve ser a tônica das negociações do conglomerado com bancos, que ainda não foi iniciada. O grupo pretende mostrar que não há outra saída aos bancos a não ser ceder, mesmo que tenham parte de suas dívidas fora da recuperação judicial. A Odebrecht vê na Braskem o ativo de maior valor e liquidez para enfrentar um passivo que alcança R\$ 100 bilhões. A petroquímica vale R\$ 28 bilhões.

» Esticando cobertor. A Caixa Econômica Federal tem exigido direitos sobre os papéis da Braskem para se equiparar aos outros bancos. Para oferecer essa condição e fugir de possíveis litígios, a Odebrecht teria de levar esse direito a outros credores, que estão na mesma classe do banco público. Entre eles, o governo do Peru e os detentores de US\$ 2,9 bilhões em bônus garantidos pelo braço de construção, a OEC. » Com aval. A Odebrecht aposta também que os bancos públicos se sentirão mais confortáveis em aceitar um desconto em suas dívidas com as negociações ocorrendo sob a supervisão de um juiz. Essa intermediação da Justiça minimizaria questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério Público sobre os termos.

» Vai tempo. Existem questões relevantes, no entanto, para se chegar a um consenso. Entre elas, uma solução para a disputa da Braskem com o Estado do Alagoas, que conseguiu bloquear R\$ 3,7 bilhões da companhia para garantir eventuais indenizações à população afetada pelo acidente geológico ocorrido em bairros próximos à área de extração de salgema em Maceió. Além disso, a Braskem tem de entregar os formulários 20-F à autoridade do mercado de capitais dos Estados Unidos, a SEC, relativos a 2017 e 2018. Procurada, a Odebrecht não comentou.

» Pensou nisso? O debate sobre a reforma da Previdência tem ganhado destaque na sociedade brasileira, especialmente envolvendo o período adicional de trabalho em relação ao regime vigente. Para as empresas, entretanto, um aspecto tem sido pouco explorado: o impacto nos gastos com benefícios dada a perspectiva de a relação trabalhista ser mantida por mais tempo.

» Cara saúde. Segundo a AON, multinacional britânica de soluções em risco, previdência e saúde, a assistência médica é responsável pelo maior custo de uma empresa com mão de obra, atrás apenas da folha de pagamento. Com os colaboradores trabalhando até uma idade mais avançada, a AON calcula que a tendência é que esse custo aumente ainda mais, uma vez que a cada ano o custo com assistência médica aumenta, em média, 3%. O levantamento mostra ainda que 99,8% das 536 companhias ouvidas no Brasil, com faturamento superior a R\$ 100 milhões, oferecem assistência médica.

» Top. O BR Partners, fundado por Ricardo Lacerda, Andrea Pinheiro e Jairo Loureiro, atingiu o primeiro lugar em rankings estrangeiros de fusões e aquisições realizadas no Brasil no primeiro semestre de 2019, ultrapassando grandes bancos estrangeiros. Das principais atuações na primeira metade do ano estão a venda da TAG pela Petrobrás e da Via Varejo, pelo Grupo Pão de Açúcar. Perto de completar dez anos, o banco atingiu a marca de R\$ 1 bilhão em receitas com assessoria financeira desde sua fundação. Lacerda já havia conquistado a primeira colocação em tal ranking quando liderava a área no Goldman Sachs e no Citigroup.

» Escala. A Colômbia passou a ser o segundo mercado de maior relevância para a multinacional brasileira Bionexo, plataforma que auxilia as instituições de saúde a negociarem seus insumos online e oferece soluções de gestão. Naquele mercado, a expectativa da companhia é que o volume transacionado alcance R\$ 1 bilhão este ano.

» Hermanos. Além da Colômbia e Brasil, a Bionexo opera na Argentina, México e Espanha. As operações internacionais representam 20% do faturamento global da plataforma e a expectativa para estes mercados é crescer 100% nos próximos três anos. Em transações, o volume negociado em todos os países em que atua soma cerca de R\$ 12 bilhões anualmente. Para ajudar nesse esforço de expansão de faturamento, a empresa recebeu, no final do ano passado, um aporte de R\$ 95 milhões da Temasek, veículo de investimento do governo de Cingapura.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 03/07/2019****Seção: Metrópole****Autor:****Título: BRUMADINHO****@MaisBrasil**

CPI pede indiciamento de executivo por crime doloso

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado que investiga a tragédia em Brumadinho aprovou ontem o relatório que pede indiciamento de 14 pessoas, incluindo o ex-presidente da Vale, Fábio Schvartsman, e o indiciamento da própria mineradora e da Tüv Süd, empresa alemã responsável por auditar a área, como o Estado adiantou. Os senadores acataram a maior parte do relatório trazido pelo senador Carlos Viana (PSDMG), mas alteraram a sugestão de indiciamento para que o crime proposto seja de homicídio por dolo eventual, e não culposos, para adotar penas maiores, segundo Viana.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 03/07/2019****Seção: Cotidiano****Autor: Daniel Carvalho****Título: CPI recomenda indiciamento de 14 pessoas por Brumadinho**

Vale e Tüv Süd também são citadas em relatório do Senado entregue nesta terça

Brasília- Depois de quase quatro meses, a CPI (comissão parlamentar de inquérito) do Senado que apura a tragédia de Brumadinho (MG) concluiu seus trabalhos nesta terça (2) recomendando o indiciamento de 14 pessoas e duas empresas por causa do rompimento da barragem do córrego do Feijão, em 25 de janeiro.

Até o início de junho, havia 246 mortos identificados e outras 24 pessoas desaparecidas.

O relator da CPI, senador Carlos Viana (PSD-MG), disse, inicialmente, que as evidências analisadas pelo colegiado permitiram a conclusão pelo indiciamento por homicídio culposos (quando não há intenção de matar).

No entanto, acatou pedido de seus colegas e qualificou os homicídios como por dolo eventual (quando, mesmo sem querer, se assume o risco de matar). Os alvos também foram indiciados por lesão corporal culposa.

Na prática, o homicídio culposo tem penas menores e a possibilidade de prestação de serviços para os réus primários. No dolo eventual existe a possibilidade de reclusão. O relator acredita que, mesmo neste caso, se o réu for primário, o juiz pode entender por uma redução na pena mínima.

"A nosso ver, o homicídio culposo é o que mais tem chance de levar estas pessoas à condenação por conta do conjunto probatório. [Mas] é um trabalho conjunto. A CPI não é uma exclusividade minha", afirmou Viana.

A CPI considerou todos co-autores "numa cadeia causai normativa de imperícia, imprudência e negligência".

"A gravidade das condutas individuais varia, obviamente. O juiz deve definir o montante de pena e multa no caso concreto (aumentando ou diminuindo) para cada um levando em conta essas circunstâncias", afirma o relator.

Na lista de sugestões de indiciamento estão a Vale, a Tüv Süd (empresa alemã contratada pela mineradora para fazer a auditoria em barragens) e nomes como Fábio Schvartsman e Gerd Peter Poppinga, presidente e diretor afastados da mineradora.

O relatório indica que a CPI confirmou as hipóteses de risco moral e de defeito de organização. Diz o relator que a desativação da barragem Bi, a partir de 2016, aumentou a tolerância ao risco da Vale, "o que se traduziu em negligência operacional e contenção de custos para ações de evitação da liquefação".

Viana diz que os elementos coletados pela CPI apontam crime omissivo impróprio culposo, que se traduziu, segundo ele, na criação de uma "situação relevante de risco, que gerou um dever de agir — que foi ignorado — para impedir o resultado danoso".

O relatório afirma ainda que várias ações poderiam e deveriam ter sido tomadas para evitar a tragédia, mas não foram, como a construção de estruturas, a evitação de gatilhos, como detonações, o acionamento do plano de emergência e a evacuação e retirada da estrutura administrativa da empresa do local.

Viana considerou que a estrutura corporativa da Vale "teve papel relevante no desenrolar dos eventos" e a comissão optou por atribuir a todas as pessoas físicas os mesmos crimes.

A CPI também apresentou sugestões de projetos de lei nas áreas de segurança de barragens de rejeitos e de crimes ambientais.

As ações da Vale caíram após a aprovação do relatório, que será encaminhado ao Ministério Público.

Em nota, a Vale disse não concordar com as conclusões do parecer de Viana.

"A Vale respeitosamente discorda da sugestão de indiciamento de funcionários e executivos da companhia", disse a mineradora em nota.

A empresa argumenta que o relatório recomenda os indiciamentos de forma verticalizada, com base em cargos ocupados em todos os níveis da empresa. A Vale diz considerar fundamental que haja uma conclusão pericial, técnica e científica sobre as causas do rompimento da barragem Bi antes que sejam apontadas responsabilidades.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 03/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Ligado

Painel S.A.

O Ministério Público Federal instaurou inquérito para apurar possível omissão da Aneel (Agência Nacional de energia Elétrica) em aplicar penalidades a distribuidoras.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/07/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Light quer captar até R\$ 2,09 bi no mercado de ações

Objetivo da operação é reduzir endividamento. Negócio envolve venda de parte dos papéis da distribuidora detidos pela Cemig

Com o objetivo de captar R\$ 2,09 bilhões, que serão usados para reduzir seu endividamento, a Light, distribuidora de energia do Rio, anunciou ontem que vai emitir cem milhões de novas ações ordinárias (com direito a voto), além da venda de uma fatia de 11,1 milhões de ações da Light que estão nas mãos da

Cemig. A estimativa de captação leva em conta o valor de fechamento dos papéis no dia 1º de julho, de R\$18,85.

A Cemig detém 49,99% do capital da Light.

A distribuidora afirmou que a oferta poderá ainda ser acrescida em até 20% do total de ações inicialmente ofertado, ou em até 22,2 milhões de papéis, envolvendo tanto ações da empresa quanto da Cemig, nas mesmas condições e preço.

Segundo a elétrica, a oferta será realizada no Brasil, sob coordenação dos bancos Itaú (coordenador líder), Citi, Santander, XP, BTG Pactual, Bradesco BBI e BB Investimentos. Haverá ainda esforços de colocação de ações no exterior.

De acordo com Fernando Bresciani, da corretora Mirae Asset, o endividamento líquido da Light atingiu R\$ 8,2 bilhões no primeiro trimestre deste ano, fazendo com que a relação entre dívida e geração de caixa chegasse a 3,7 vezes.

Segundo o especialista, se esse patamar alcançar 3,75 vezes, isso permitirá que credores cobrem o pagamento imediato de debêntures (títulos de dívida) que somam R\$ 4,3 bilhões.

— A Light é um ótimo ativo, mas tem muita perda de receita com roubo de energia, cerca de um terço de sua receita. E tem que investir, e também sentiu os efeitos da crise econômica no Estado do Rio, com queda no consumo de energia. Esta operação será benéfica, pois vai reduzir seu endividamento, e a empresa terá recursos para investir e melhorar seus resultados — destacou Bresciani.

No comunicado, a Light confirma que os recursos serão usados na redução de sua dívida: "serão destinados para fortalecimento e otimização de sua estrutura de capital, reduzindo assim o seu nível de endividamento e melhorando sua posição de caixa."

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Startups de petróleo

A Petrobras e o Sebrae vão lançar, em parceria, um edital de financiamento para investir um total de até R\$10 milhões em projetos inovadores de startups e pequenas empresas.

A ideia é estimular o desenvolvimento de soluções inovadoras para atender às necessidades de negócio de petróleo, gás e energia. O investimento final poderá chegar a até R\$60 milhões, com mais cinco editais previstos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/07/2019

Seção: O País

Autor: NAIRA TRINDADE

Título: Brumadinho: CPI agrava indiciamento de funcionários

Relatório final de comissão acusa 12 profissionais da Vale e da empresa alemã TÜV SÜD de dolo eventual em homicídios

Para conseguir aprovar seu parecer, o relator da CPI de Brumadinho no Senado, Carlos Viana (PSDMG), decidiu agravar o pedido de indiciamento de 12 funcionários da Vale, inclusive o ex-presidente Fabio Schvartsman, além de outros dois da empresa alemã TÜV SÜD, que atestou a estabilidade do muro de contenção de rejeitos. Viana os enquadrava em homicídio culposos e mudou para dolo eventual. Após a alteração, o parecer recebeu aprovação unânime em votação simbólica do colegiado. O relator decidiu acatar parte das sugestões do senador Jorge Kajuru (PSB-GO) para que os responsáveis sejam punidos por dolo eventual (quando assume o risco de causar dano) e lesão corporal culposa, além de crime ambiental. Viana justificou ter alterado o texto para atender aos anseios de colegas senadores que querem punições mais severas.

— O homicídio culposos é o que mais tem chance de levar as pessoas à condenação. Mas havia consenso de todos pelo dolo eventual — argumentou Viana. As penas para homicídio doloso preveem a possibilidade de reclusão de seis a 20 anos, enquanto a punição para homicídio culposos é menor e tem chance de prestação de serviço para casos primários. Após a aprovação, o relatório da CPI de Brumadinho será encaminhado ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal e à Assembleia Legislativa de Minas Gerais. No documento, o senador Carlos Viana chamou a atenção para troca de e-mails entre funcionários da Vale e da TÜV SÜD, em que eram promovidas alterações no conteúdo antes que fossem formalmente apresentados à Vale e à Agência Nacional de Mineração (ANM).

AUDITORIAS EXTERNAS

O relator sugere ainda a criação de projetos que modificam os trabalhos de mineradoras no País. Uma das propostas consiste em passar para a Agência Nacional de Mineração (ANM) a responsabilidade de contratar as empresas de auditoria externa responsáveis por avaliar as estabilidades das barragens. Em

nota, a Vale discordou do indiciamento: “O relatório recomenda os indiciamentos de forma verticalizada, com base em cargos ocupados em todos os níveis da empresa. A Vale considera fundamental que haja uma conclusão pericial, técnica e científica sobre as causas do rompimento da barragem B1 antes que sejam apontadas responsabilidades. A Vale e seus empregados permanecerão colaborando ativamente com todas as autoridades competentes e com órgãos que apuram as circunstâncias do rompimento”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/07/2019

Seção: Rio

Autor: LUDMILLA DE LIMA

Título: Com saída de Furnas, comércio de Botafogo teme o pior

Restaurantes, lojas e salões de beleza que cresceram ao redor de prédio da empresa na Rua Real Grandeza estimam perdas de até 60%

A crise econômica já é motivo suficiente para tirar o sono de quem vive do comércio. Mas em Botafogo, no polo da Rua Real Grandeza, donos e funcionários de restaurantes, bares e lojas agora enfrentam um pesadelo. E o motivo é a notícia sobre a saída de Furnas do prédio onde está instalada há 48 anos. Parte dos negócios foi aberta ali justamente pelo grande número de funcionários da empresa, onde hoje trabalham 1.500 pessoas. As perdas, segundo comerciantes, podem chegar a 60%. No restaurante a quilo Versão Carioca, funcionários contam que a apreensão é grande.

A casa, aberta em 2010, depende do movimento gerado pela empresa de energia: lá, mais de metade da clientela é formada por empregados de Furnas, que frequentam o espaço na hora do almoço. A poucos passos dali, o Botequim, na Visconde de Caravelas, já lamenta a perda de um público certo: —Estamos pensando no que fazer para reparar esse prejuízo e torcendo para que alguém ocupe esses prédios rapidamente —diz o empresário João Laborne, do Botequim, que funciona na região há 40 anos e calcula ter, entre os clientes, 30% de empregados de Furnas.

MEDO DE PERDER EMPREGO

Patrícia Rodrigues, que trabalha num bistrô vegetariano onde metade das mesas são ocupadas diariamente pelos vizinhos de Furnas, não esconde o medo de perder o emprego: — Moro na Muzema, pago aluguel e tenho três filhos, saio cedo de casa para trabalhar e, quando chego, não tem cliente para atender. O que vamos fazer? — questiona ela, aflita com o futuro. Localizado em frente a Furnas, o Galeto Sat's costuma receber reservas de funcionários da companhia.

Esta semana, um grupo de mais de 30 ocupou parte de um dos dois salões. — Será rá uma perda grande para o comércio — diz um dos gerentes, Nonato Martins.

O prejuízo também poderá ser grande para lojistas e serviços que, interessados em agradar funcionários da empresa, oferecem descontos de 10% para quem tem crachá de Furnas. É o caso da Wöllner e da Via Mia. — Estou aqui há sete meses, mas antes fiquei seis procurando emprego. Vamos ter trabalho sem Furnas? — pergunta a vendedora da Via Mia Suzana Souza. Gerente do Studio Hans, Cláudia de Paula diz que, há 11 anos, quando o salão foi aberto na rua, não havia no local metade do comércio visto hoje. O serviço mais procurado por funcionárias da empresa é o “express”, de 30 minutos. Na hora do almoço, é possível fazer escova, pé e mão a R\$ 102. Apesar do medo de outros comerciantes, Cláudia está otimista.

— Toda dificuldade gera uma oportunidade — diz ela, afirmando que 70% do faturamento já esteve atrelado à Furnas. — Em 2016, reduzimos nosso tamanho e sobrevivemos à crise. Desde que o batalhão da PM saiu da rua, fechamos às 20h. Vamos agora apostar mais nos moradores e voltar a abrir até as 22h. Sem informar quando será a mudança, a subsidiária da Eletrobras, que ocupa dois prédios, de 8 e 17 andares, na Fundação Real Grandeza, afirmou, em nota, que a saída reduzirá em mais de 50% os gastos com aluguel. A empresa deverá ir para o Centro. Na região de Botafogo, o comentário é de que os prédios podem abrigar uma faculdade ou um hospital. A Fundação Real Grandeza diz apenas que uma consultoria vai estudar a melhor solução.

VEÍCULO: O Globo

Data: 03/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: O custo de se tirar estados e cidades

O custo de excluir os estados e municípios da reforma da Previdência pode chegar a R\$ 520 bilhões em dez anos. Caso nenhum estado ou município faça a sua reforma, a manutenção das regras atuais impedirá uma economia de R\$ 350 bilhões nos sistemas estaduais e de R\$ 170 bilhões nos municipais. Ainda assim, a reforma como ficou na sua versão final nessa comissão especial é a mais ampla já feita até agora e representa, segundo calcula o governo, uma economia de R\$ 1 trilhão em dez anos.

No seu voto complementar, o deputado Samuel Moreira constitucionalizou o critério de um quarto de salário mínimo como a renda familiar per capita para a pessoa receber, após os 65 anos, o Benefício de Prestação Continuada. Para

uma reforma que queria, inicialmente, desconstitucionalizar todos os parâmetros, pode parecer uma derrota. Não foi.

Nesse ponto estava havendo uma sucessão de decisões judiciais dando o direito de receber o BPC a pessoas com renda familiar mais alta do que estava prevista na lei que criou o benefício. Tem havido também decisões aceitando o cálculo da renda com o desconto de várias despesas. O gasto com o BPC estava aumentando desde uma decisão do STF que deu margem a essas sentenças.

Uma mudança foi considerada uma derrota pela equipe econômica: o fim do gatilho demográfico que faria a idade mínima subir conforme o aumento da expectativa de sobrevida. Isso caiu. Obrigar, na opinião de economistas de dentro e de fora do governo, a fazer nova mudança da idade mínima num horizonte de dez anos. Houve uma redução da idade de aposentadoria das professoras, mas para o relator isso foi feito como forma de corrigir um defeito criado pela própria mudança incluída no primeiro relatório.

O voto reonera a exportação, mas a explicação dada no governo é que havia um desequilíbrio. As empresas que recolhem sobre a folha pagam a previdência quando exportam seus produtos. Mas as que recolhem sobre faturamento estavam desoneradas. O relatório altera esse ponto e passa a cobrar de todas. A previsão é que a medida representará R\$ 83 bilhões de receita em dez anos. Os exportadores evidentemente não gostaram. A AEB considera que isso fere a ideia de não cobrar impostos na exportação e reduz a competitividade brasileira. Na equipe econômica se diz que, do jeito que estava, a desoneração só beneficiava as tradings.

O economista Pedro Fernando Nery acha que o grande problema de não se incluir os estados e municípios é o de aumentar o passivo contingente da União.

— É a União que será chamada para socorrer estados e municípios que não fizerem reformas e tiverem dificuldades de prestar serviços básicos.

Nery tem uma pesquisa importante sobre reformas anteriores, que avalia o custo do que não se conseguiu fazer. Hoje, o que mais pesa é a idade mínima, aquela mudança que não foi feita na reforma do governo Fernando Henrique.

O economista Fabio Giambiagi considerou relevante o fato de ter voltado ao texto a previsão de os governos poderem cobrar dos servidores as contribuições extraordinárias. Muitos, como o Rio, já cobram. No parecer anterior, isso havia saído. Hoje os servidores contribuem com até 14% para os regimes próprios estaduais.

Apesar de os estados não terem sido incluídos nesse relatório, resta ainda alguma esperança. Ontem, ao fim da leitura, ouvi um integrante da equipe

econômica que tem a expectativa de que os entes federativos sejam incluídos, por destaque, em plenário. O deputado Rodrigo Maia permanece negociando. Para apoiar a reforma, os estados pedem a aprovação do que já foi prometido pelo ministro Paulo Guedes: que eles recebam parte dos recursos que virão do leilão do petróleo da cessão onerosa.

O relator Samuel Moreira voltou atrás naquela ideia de tirar os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador do BNDES. Essa é uma receita com a qual a equipe nunca contou. Como me disse uma autoridade, era o que no mercado se define como "rouba monte". Tira-se de um lugar para por em outro, mas não representa na verdade qualquer aumento de receita.

Neste e no primeiro relatório foram corrigidos erros do projeto original, ou equívocos do próprio relator. Mas foram muitas as concessões para alguns grupos de servidores. Como sempre, eles sabem se fazer ouvir.

MME / ASCOM .